

**“ARCA DAS LETRAS”:
ITINERÁRIOS DE UMA PESQUISA
NO RURAL TERESINENSE**
*“ARCA DAS LETRAS”:
ITINERARIES OF A RESEARCH
IN THE RURAL AREA OF TERESINA*

Milane Batista da Silva*
Maria Dione Carvalho de Moraes**

RESUMO: O debate sobre rural e relações rural-urbanas não pode ignorar inflexões – nas representações de rural como periférico – voltadas à perspectiva de cidadania cultural. Isto supõe pensar políticas de cultura no campo com a mesma atenção dada a áreas urbanizadas, uma vez que, em localidades rurais, estas ainda não apresentam protagonismo. Tomamos rural e cidade como categorias de classificação de espaços geossimbólicos, como conceito e como representação social. Apontamos para a importância de políticas culturais voltadas a povos rurais e focalizamos uma política específica, o Programa Arca das Letras, do extinto MDA, como política cultural de ampliação da experiência de leitura de textos escritos em localidades rurais. O lócus empírico é “o rural” de Teresina, Piauí, capital brasileira cuja zona rural é a maior, dentre as capitais do país, em termos relativos. Resultados parciais da pesquisa apontam para os novos investimentos desta, com foco nos sentidos e significados que povos e localidades atribuem ao programa.

Palavras-chave: Políticas de cultura; Ruralidades; Programa Arca das Letras; Políticas de incentivo à leitura; Teresina-PI.

* Mestranda no Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Piauí (UFPI), Teresina, PI, Brasil; e-mail: milane.batista@gmail.com

** Doutora em Ciências Sociais; Professora do Departamento de Ciências Sociais do Centro de Ciências Humanas e Letras (CCHL) e dos Programas de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Piauí (UFPI), Teresina, PI, Brasil; e-mail: mdione@uol.com.br

ABSTRACT: *The debate about rural and rural-urban relations - in the representations of rural as peripheral - can not ignore inflections turned to the perspective of cultural citizenship. This implies thinking cultural policies in the countryside with the same attention given to urbanized areas, since the rural areas still do not play a leading role. We take rural and urban as categories for the classification of geosymbolic spaces, as concept and as social representation. We point the importance of cultural policies turned to rural people and, focusing on a specific policy, the Programa Arca das Letras (Ark of letters in Portuguese), of the extinct MDA, as a cultural policy which intends to expand the experience of reading texts written in rural locations. The empirical locus is the rural side of Teresina, Piauí, a Brazilian capital whose rural area is, in relative terms, the largest one among the capitals of the country. The partial results of this research point to the new investments of the research itself, focusing on the meanings and significations that people and localities assign to the program.*

Keywords: *Culture policies; Rurality; Arca das Letras Program; Reading inciting policies; Teresina - Rural area.*

1 INTRODUÇÃO

Embora rural, como categoria classificatória geossimbólica da vida social, venha sofrendo substantivas inflexões nos últimos tempos, no mundo e no Brasil, em especial, no sentido de apontar para os limites das visões dicotômicas e reificadoras sobre rural e urbano, campo e cidade e suas relações, não se pode dizer que ruíram de vez, sobretudo, no Brasil, concepções estratigráficas pelas quais se estabelecem hierarquias em cujo âmbito rural subordina-se a urbano. Dentre os diversos desdobramentos políticos desta perspectiva hierárquica, percebem-se diferenças importantes nos investimentos em políticas públicas, em especial, de políticas de cultura¹ bem espaços urbanos

¹ Para Moraes (2014), além de princípios, meios, fins norteadores da ação, na esfera pública, tais políticas supõem, ainda, a busca de legitimidade na arena de possibilidades estratégicas voltadas à produção/circulação/fruição de bens simbólicos. Lembra a autora que princípios, meios, e fins, definem-se processual e situacionalmente, expressando-se em formulações/proposições da gestão

e rurais, com visível predomínio de investimentos em áreas urbanas.

Tomando cultura como uma teia de significados que seres humanos produzem para dar sentido à própria existência (Geertz, 2008), portanto, como condição essencial da existência humana, focalizamos rural, nesta pesquisa em curso², para além de suas dimensões agrícolas, produtivas, assim como pensamos sobre povos rurais para além de corpos funcionais (Ferreira, 2008; Moraes, 2015; 2016). Nesta perspectiva, o foco recai sobre ruralidades e cultura, considerando com Canclini (2009, p. 41) que “cultura abarca o conjunto de processos sociais de significação ou, de modo mais complexo [...] o conjunto de processos sociais de produção, circulação e consumo da significação na vida social”.

Na contemporaneidade, cultura é abordada, cada vez mais, como “fator” de desenvolvimento e como potencializadora de soluções de problemas sociais, podendo-se aludir a um certo consenso, nos discursos de organismos multilaterais, na arena internacional, em torno da necessária relação entre desenvolvimento e cultura (Moraes, 2014)³. Sem dúvida, neste consenso, o peso maior recai no potencial econômico da cultura, seja na ótica do reducionismo economicista que prioriza um mercado mundial no qual conglomerados atuam na indústria cultural, na produção e distribuição de bens e serviços de conteúdos culturais, com capacidade exponencial de geração de riqueza material, seja na ótica do que se vem denominando “economia criativa” (Reis, 2006) fundada na ideia de cultura como geradora de riquezas intangíveis (simbólicas) e tangíveis (materiais), para além dos marcos da indústria cultural⁴.

Ao pensar sobre ruralidades pela ótica da cultura, concordamos com Canclini (2009) quanto à valorização do reconhecimento

pública, além de organizações não-governamentais e empresas privadas, e implicando na gestão de meios para execução de objetivos, no campo do poder simbólico.

2 No Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Federal do Piauí (UFPI).
3 A UNESCO, a partir de 1952, vem contribuindo para a construção de acordos e documentos internacionais alimentadores de políticas públicas. “[...] já em 1982, no México, na Conferência Mundial sobre Políticas Culturais (MONDIACULT) chamou a atenção para o fato de ser a cultura uma base indispensável para o desenvolvimento sustentável.” (Miguez, 2009, p. 2-3). Em 1998, a Conferência de Estocolmo sobre Políticas Culturais para o Desenvolvimento postulou a política cultural como chave para o desenvolvimento sustentável com foco na diversidade cultural (Moraes, 2014).

4 Na conceituação ainda incipiente, não é incomum que a abordagem de economia criativa confunda-se, teórica e politicamente, com a abordagem de teor economicista (Moraes, 2014). Como observa Miguez (2009) a mudança, de fato é *no- não do* – paradigma econômico-produtivo no qual a economia da cultura, com sua produção de bens/serviços simbólicos ocupa o lugar da produção industrial clássica.

cultural, no sentido de que a ação afirmativa da diversidade cultural deve buscar diminuir a desigualdade social. Uma dimensão desta desigualdade pode ser vista, por exemplo, na disparidade ontológica entre rural e urbano no texto brasileiro, inclusive, no caso em apreço, no que tange ao domínio do universo da leitura de textos escritos, problema importante na história do país, e que se apresenta com grande intensidade entre povos rurais. Além do mais, como observa Moraes (2014), mesmo em termos socioantropológicos, o texto brasileiro sobre ruralidades e desenvolvimento ainda não trata com a devida atenção o papel de políticas de cultura.

No Brasil, em larga medida, ainda se percebe a força da hierarquia, no campo do que Bourdieu (1989) denomina poder simbólico, ao se falar de rural em relação a cidade. Nesta representação, cidade é tida como pólo superior e rural como pólo inferiorizado. Torna-se, então, necessário problematizar rural como “categoria do pensamento” (Carneiro, 2008, p. 9), seja como conceito, seja como representação social⁵. No primeiro caso, como conceito, trata-se de “[...] um tipo especial de representação construído a partir da sujeição sistemática das representações relacionadas ao aspecto da realidade que está sendo conceituado a “testes” empíricos” (Siqueira; Osório, 2001, p. 72. Destaque no original). No segundo caso, consideramos com Moscovici (2010, p. 34) que representações sociais “[...] ‘convencionalizam’ os objetos, pessoas ou acontecimentos que encontram [Além disso], elas lhes dão uma forma definitiva, as localizam em uma determinada categoria e gradualmente as colocam como um modelo de determinado tipo, distinto e partilhado por um grupo de pessoas ...” (p. 34. Destaque no original). Mas, diz este autor, elas não apenas convencionalizam; são, também, “[...] ‘prescritivas’, isto é, elas se impõem sobre nós com uma força irresistível. Essa força é uma combinação de uma estrutura que está presente antes mesmo

5 Até o século XVIII, rural constituía o principal espaço de vida e produção sendo definido por recorte setorial (agricultura). Do século XVIII para o XIX, o pensamento sobre rural e desenvolvimento foi marcado por antagonismos entre idéias de modernidade e progresso (atribuídas ao modelo urbano-industrial), e de atraso e periférico (atribuídas a rural, cujas funções seriam: produzir matérias-primas para a indústria; liberar mão-de-obra para outros setores; produzir alimentos a baixo custo; gerar divisas via exportação). Este ideário gera, no século XX, abordagens “agrocêntricas [e] industriocêntricas” (Delgado *et al.*, 2013, p. 78), marcadas pelas dicotomias agricultura/ indústria e rural/urbano. Nos anos 1970, a concepção de Henri Lefebvre refere a urbanização extensiva, e a de Bernard Kayser a renascimento rural. (Delgado *et al.*, 2013).

que nós comecemos a pensar e de uma tradição que decreta ‘o que’ deve ser pensado (Moscovici, 2010, p.35. Destaque no original).

Como conceito teórico ou como representação social, rural, assim como cidade, são categorias de classificação do mundo social e categorias de representação simbólica. No Brasil, o arcabouço legal subjacente a esta classificação, ao longo do tempo, consagrou o princípio da autonomia dos municípios para delimitar os recortes físicos das zonas urbanas. Em nome deste princípio, tornou-se jurídica e politicamente impossível definir critérios objetivos e únicos de distinção entre áreas urbanas e rurais. Em pesquisas do IBGE, por exemplo, rural é definido pelo que o município define no seu plano diretor, por sua vez, elaborado por uma equipe de técnicos e submetido à aprovação das câmaras municipais, portanto, definido por critérios políticos. (Siqueira; Osório, 2001; Carneiro, 2008)⁶. No entanto, observam-se classificações hierarquizadas em uma estratigrafia na qual rural aparece, via de regra, relacionado a ideias de resíduo e de algo que “ainda não é” urbano.

Para além da pretensão de abranger a problemática dos debates conceituais sobre rural, relações rural-urbano, e ruralidades⁷, voltamos a atenção para a necessidade de (re)leituras que contribuam para uma mudança paradigmática da visão de rural como elemento residual e periférico, cujo destino inexorável é a urbanização, para pensá-lo na perspectiva da cidadania. Neste sentido, entendemos que políticas de cultura não são necessárias apenas nas cidades. Devem, também, ser voltadas para o campo. Claro está que as disparidades históricas de investimentos públicos, nesta perspectiva, em áreas urbanas e rurais, no Brasil, requerem redirecionamentos que levem em conta as realidades múltiplas, ou seja, requer que se considere a própria diversidade cultural nos diversos rurais⁸, Brasil afora, na busca da paridade entre rural e urbano.

Uma dessas disparidades históricas pode ser vista na experiência de leitura de textos escritos, inclusive, considerando-se políticas de incentivo à leitura. Nesta direção, focalizamos o Programa

6 Sobre critérios da Era Vargas que vigoram no Brasil, ver Veiga (2002). Sobre relações rural/urbanas, no Brasil, ver Wanderley (2009).

7 A propósito, ver Cavalcanti (1993), Joveli (1998), Martins (1981; 2000), Santos (1993), Riella (2000), Wanderley (2000; 2011), Carneiro (2008), e Williams (2011).

8 Para uma tipologia de rural no Brasil, na atualidade, ver Wanderley e Favaretto (2013).

Arca das Letras, do Governo Federal, criado em 2003 pelo, então, Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). O objetivo não é realizar avaliação⁹ de uma política pública, mas buscar apreender, sociologicamente, sentidos desta experiência em localidades rurais do município de Teresina, capital do Estado do Piauí, a partir dos próprios atores sociais envolvidos na ação.

2 RURALIDADES, CULTURA E DESENVOLVIMENTO: DESAFIOS A UMA AGENDA BRASILEIRA

Não se pode ignorar que uma das facetas do processo de integração à sociedade urbano-industrial tem dimensão político-social no sentido do reconhecimento (embora tardio) de habitantes do campo como sujeitos de direitos. Assim, em que pese a trajetória sinuosa e errática de muitas políticas públicas, no Brasil, sobretudo as limitações no que tange à reforma agrária, o acesso a bens e serviços, ganhou, em anos recentes, maior presença dentre povos rurais, o que pode ser tomado, com restrições óbvias, como manifestação do exercício da cidadania.

Mas, em larga medida, ainda se pensa sobre rural, no Brasil, como sinônimo de atraso, de incivilidade, de atividades braçais, e como espaço limitado à agricultura. Conforme Carneiro (2012), podemos reconhecer, sobretudo, na sociologia de tradição urbano-industrial, tendência à valorização de urbano, considerado como espaço da civilização, de progresso e de modernidade, enquanto a rural cabe o estigma do atraso, e a representação de sociedade estática. Esta representação, em larga medida, incide no fato referido por Moraes (2014): políticas de cultura não têm protagonismo nas políticas de “desenvolvimento rural”, no Brasil¹⁰.

Talvez, isso tenha a ver com dois fatos importantes e constatáveis, Brasil afora: 1/ dificilmente há equipamentos culturais (museus, bibliotecas, teatros, cinemas...) – à exceção de escolas, um ou

⁹ Após 12 anos de lançamento do programa Arca das Letras, o MDA iniciou pesquisa de avaliação do programa em todo o Brasil, inclusive, no Piauí, sob coordenação da Escola de formação Quilombo dos Palmares (EQUIP).

¹⁰ A autora compara, por exemplo, a estratégia Leader, europeia, e a política de desenvolvimento territorial no Brasil. Para detalhes, ver Moraes (2014; 2015)

outro “Centro Comunitário”, alguns equipamentos com fins turísticos – em áreas rurais, inclusive no Estado do Piauí; 2/ a cultura de povos rurais ainda é, via de regra, traduzida como folclore e, no campo de políticas de cultura, costuma ficar restrita a políticas de eventos, em que pesem importantes iniciativas que superam esta abordagem. Estas considerações dão base à necessidade de pautar esse debate a partir do reconhecimento da interculturalidade rural/urbana, não para (r)estabelecer hierarquias mas tomando cultura como eixo primordial em políticas de desenvolvimento territorial sustentável. Concordamos com Canclini (2009) quando diz ser preciso ter comunicação entre diferentes, corrigir as desigualdades, e democratizar o acesso a patrimônios interculturais.

Por outro lado, o ideário de rural como lugar de atraso vem passando nos últimos anos por inflexões¹¹, mesmo no Brasil, ainda, de forma tímida. O contexto de rápidas mudanças mundiais, na contemporaneidade, interpela o debate atual sobre o chamado “mundo rural” a um repensar das configurações materiais e simbólicas de rural e urbano, e suas relações. “Campo” passa a ser visto mais como lugar de vida e menos como mero espaço de produção agrícola. Como dizem Moraes e Vilela, (2013, p. 75) seria “[...] a falência da visão dualista que opunha rural a urbano como realidades empiricamente distintas, definidas pela negação mútua, e com base em critérios meramente descritivos, em um paradigma que associa rural a agrícola, e urbano a industrial e moderno”?

Para Anjos e Caldas (2014), observa-se o que se pode chamar de “reinvenção” (p. 387) e de idealização de rural, na sociedade contemporânea, sobretudo, pela imagem melancólica de um passado soterrado por grandes transformações socioculturais. Tem-se, então, rural representado como guardião da biodiversidade e como espaço de encantos das paisagens naturais; um rural que busca projetar-se

11 Em linhas gerais, três premissas contemplam as questões norteadoras desta: 1/entendimento sobre mudança importante no plano das representações sociais sobre rural, sobretudo, na Europa, nas duas últimas décadas, com reformulação nos instrumentos de intervenção para desenvolvimento dos territórios; 2/ reconhecimento da existência da dualidade imanente entre rural como espaço geográfico e como representação social (“idealização”), e das contradições em torno do modo como a sociedade atual reelabora imagens de rural e constrói novos discursos sobre ruralidades; 3/entendimento de que “rural sob medida” é um desdobramento de um conjunto de transformações que atravessam a sociedade contemporânea e que devem ser sublinhadas (Anjos; Caldas, 2014, p. 387).

e aguçar o desejo de quem quer consumir, além de produtos, amenidades, bens tangíveis e intangíveis, como se observa em países da União Européia (UE). Os ecos desta virada atingem o Brasil e outros países latino-americanos, o que nos deve levar a perguntar: que razões conspiram para a emergência dessas dinâmicas de revalorização de rural? No Brasil, tem-se enfatizado a cobrança por políticas culturais que favoreçam habitantes de regiões rurais? Afinal, cultura como direito de todos está inscrita na Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, o que é reafirmado na Constituição Federal de 1988 (CF/88), do Brasil, em seu artigo 215: “O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais”.

Moraes (2014, 2015b) considera que ainda estamos distantes deste reconhecimento, em termos fáticos e que, em que pesem algumas iniciativas localizadas, no país, políticas de cultura ainda não apresentam protagonismo em programas de desenvolvimento rural¹². Mesmo no Programa Territórios da Cidadania (PTC), diz a autora, em cujo texto aparecem referências a cultura, o carro-chefe são políticas de transferência de renda, econômicas, e sociais, em que pese a presença de programas como Arca das Letras e Territórios Digitais, ambos do MDA e de outros, sobretudo, Ministério da Cultura (MinC) e do Ministério da Educação (MEC).

Como lembra Machado (2010), historicamente, o Ministério da Cultura, no Brasil, tem trajetória errática, entre existir e não existir, e apresenta-se como instituição com poucos recursos e diminuta estrutura organizacional, incompatível com as demandas atuais de um país com tamanha diversidade. Recentemente, este Ministério chegou a ser extinto pelo Governo Federal em exercício¹³ a partir de maio de 2016, sendo reabilitado pela força do movimento social contrário à sua extinção. Uma particularidade do caso estudado é que o Programa Arca das Letras não é vinculado ao MinC, mas ao extinto MDA que, a partir de maio de 2016, também deixou de existir como Ministério,

¹² Para detalhes, ver Moraes (2015b) quando refere experiências no sul do Brasil, nos Estados da Bahia e do Ceará e na Bacia Cultural do Araripe.

¹³ Encabeçado por Michel Temer, no âmbito do julgamento do processo de *impeachment* impetrado contra a presidente Dilma Rouseff.

sendo fundido ao Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), resultando no Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA) e mais recentemente transferido do MDSA para a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, vinculado a Casa Civil da Presidência da República. Tudo isto é parte do problema central aqui abordado que diz respeito a como cultura e ruralidades, no Brasil, são pensadas na agenda de desenvolvimento.

Sem dúvida, o Brasil, nas últimas duas décadas, promoveu avanços significativos no campo institucional das políticas de cultura, instituindo um Sistema Nacional de Cultura (SNC) e um Plano Nacional de Cultura (PNC). Além do âmbito nacional, também nos níveis estaduais e municipais. No processo, no que tange à política de cultura, segue a perspectiva internacional, como expressa na Agenda 21¹⁴ da Cultura, na qual se considera cidade como local onde se dá a ação coletiva, espaço privilegiado de intercâmbios e elaborações; palco no qual indivíduos exercem pressões por direitos; lugar dos encontros, da conversa de longa duração que é a cultura. Assim, a urbe é representada como espaço de ampliação dos horizontes culturais, pela força aglutinadora da cultura na construção de projetos coletivos¹⁵. Moraes (2015b) observa que, se por um lado, o foco no espaço cidadão possibilita a elaboração de políticas com maior aproximação a demandas e projetos locais, por outro lado, esta centralidade pode ter desdobramentos diferentes, em realidades diferentes. No caso brasileiro, diz a autora, considerando-se a forma pela qual rural é concebido, há implicações diretas traduzidas na ausência e/ou fragilidade de abordagens, nas agendas teórica e política, de temas como políticas de cultura e ruralidades. Investigações na área de políticas culturais e de ruralidades têm-se articulado em campos de pesquisa próprios, com estudos diversos e diferentes abordagens da problemática da atuação do Estado no campo da cultura e da ruralidades, ainda com pouca presença na temática de políticas culturais no campo.

14 Na "Agenda 21 da Cultura", de 2004, no Fórum Universal das Culturas (FITA) em Barcelona, cidades são tidas como protagonistas nas políticas públicas de cultura. São vistas como espaços locais e ambientes privilegiados de elaboração em constante evolução e como âmbitos da diversidade criativa na direção do desenvolvimento humano integral (Moraes, 2015a).

15 Ver [www/http://novo.itaucultural.org.br/obs glossario/cidade-e-cultura/](http://novo.itaucultural.org.br/obs glossario/cidade-e-cultura/)

No que tange à relação entre campo e cidade, como sugere Williams (1958), a cultura é de todos, compreensão fundamental ao entendimento do que somos e para onde vamos e divergente da definição de cultura pensada de forma isolada das pessoas comuns e do trabalho comum. A cultura está em toda parte, portanto, não é mérito nem privilégio de uma classe especial, de um grupo específico de pessoas e/ou populações. Nesta direção, para Moraes (2014), a reflexão sobre ruralidades, cultura, e desenvolvimento, aponta para o tema do direito à livre participação na vida cultural, e para a universalização do acesso a bens culturais que não devem ser restritos às classes privilegiadas nem a populações urbanas, mas visando à paridade ontológica entre povos urbanos e rurais. Nesse sentido, como se situa o Programa Arca das Letras?

3 SOBRE O PROGRAMA ARCA DAS LETRAS

O Programa Arca das Letras, instituído em 2003, pelo MDA, no primeiro Governo Lula, é um programa de incentivo à leitura de textos escritos, destinado a regiões rurais com carência de mecanismos voltados a este fim. Outros ministérios também apresentam políticas de incentivo à leitura, porém, não com atuação voltada para regiões rurais¹⁶. Como observa Martins (2014), a implantação de políticas públicas no meio rural brasileiro é marcada pela história de conflitos e interesses do capitalismo agrário que dificultam uma política de desenvolvimento nacional com ênfase em uma reforma agrária. Na luta pela reforma agrária e questões correlatas, a demanda por bibliotecas, diz Soares (2007), passou a compor pautas de reivindicações de movimentos sociais e sindicais, como parte do processo de desenvolvimento educacional, cultural, e do trabalho, no campo. Tal demanda faz-se presente nas últimas pautas do “Grito da Terra”¹⁷, assim como

16 Entre os programas de incentivo à leitura, ativos, destacam-se: a Fundação da Biblioteca Nacional, desde 1990, do MinC; o Programa Nacional de Incentivo à Leitura (PROLER), desde 1992, também do MinC; o Programa Nacional Biblioteca na Escola (PNBE), desde 1997, do Ministério da Educação (MEC); o Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL), desde 2006, do Conselho Diretivo de membros do MEC e MinC, da comunidade acadêmica, da Academia Brasileira de Letras e da Câmara Brasileira do Livro (Weiers, 2011).

17 Mobilização de caráter reivindicatório, da agenda sindical da Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura (CONTAG), desde 1995, com apoio das Federações Sindicais Estaduais (FETAG's) e dos Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR's). Reúne

de documentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e de outros grupos da sociedade civil organizada.

Uma das conquistas da mobilização do Grito da Terra é o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), instituído nos anos 1990. E como lembra Moraes (214), a partir de 2008, o MDA articulou, na perspectiva de uma abordagem territorial do desenvolvimento, o Pronaf a outros programas de variados matizes: Política Nacional de Assistência técnica e Extensão Rural para Agricultura Familiar e Reforma Agrária (PNATER), Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária (PRONATER); Plano Nacional de reforma Agrária (PNRA); Comunidades Quilombolas, dentre outros, no âmbito do Programa Territórios da Cidadania (PTC)¹⁸.

No processo, tomando por base o projeto do Governo Federal, que a partir do MinC criou o referido PNLL, visando – em seus próprios termos – à implantação de bibliotecas nos municípios brasileiros de modo a zerar o número de municípios sem bibliotecas, e a otimizar o funcionamento das existentes, o MDA “elaborou um Programa de Criação de Bibliotecas Rurais conhecido como “Arca das Letras” (Martins, 2014, p. 82).

O Arca das Letras visa, segundo o texto do próprio programa, a criar bibliotecas rurais e a formar agentes de leitura, locais, para atuar nesses espaços. Convém lembrar que, em sua maioria, as bibliotecas públicas brasileiras não possuem recursos suficientes para se manterem, para atualizarem seus acervos, investirem em tecnologia e, muito menos, na formação e qualificação de suas equipes. Milanesi (2013) fala da dificuldade de bibliotecas públicas conseguirem alcançar a satisfação informacional de usuário/as, justamente, devido à variedade etária e sociocultural. Assim, põe-se o desafio de ampliar as possibilidades, com políticas culturais que possam atender grupos específicos, nas cidades e nas áreas rurais.

Como referido, o programa Arca das Letras nasceu vinculado à Secretaria de Reordenamento Agrário (SRA), do MDA, sendo executado pela Coordenação Geral de Ação Cultural (CGAC). Hoje,

agricultore/as familiares, trabalhador/as sem-terra e assalariado/as rurais do país, em Brasília.

18 Para detalhes sobre a abordagem territorial e sobre o PTC, ver Moraes (2014).

o programa está vinculado à Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD). Tem como principal objetivo declarado a implantação de bibliotecas em localidades rurais diversas, identificadas como comunidades¹⁹ de agricultore/as familiares, de assentado/as da reforma agrária, de povos pescadores, remanescentes de quilombos, indígenas, ribeirinhos, dentre outros. O programa, segundo o MDA, visa a contribuir para que populações rurais tenham acesso a livros, de modo a reduzir desigualdades sociais: “o programa é um mecanismo de inclusão e estratégia para o enfrentamento das dificuldades de acesso à informação do ponto de vista geográfico.” (Brasil, 2013, p. 1).

A biblioteca do Arca das Letras, em termos físicos (figuras 1, 2, 3), é estruturada por uma caixa-estante de madeira composta de aproximadamente uma coleção de 200 livros (Sousa, 2014), contendo acervo distribuído em quatro categorias de livros identificados com etiquetas coloridas, com vistas a organizar a Arca e facilitar o trabalho do/a agente de leitura. Nesta classificação, obras de literatura infantil são identificadas com etiquetas na cor branca; as de literatura para jovens e adultos, com livros nacionais e internacionais, são identificadas com a cor laranja; os livros didáticos e de pesquisa – com conteúdos em áreas do conhecimento como geografia, história, matemática, inglês – são etiquetados com a cor verde; e livros técnicos e especializados, que tratam de temas como meio ambiente, saúde, agricultura, indo de assuntos como assistência técnica na agropecuária a receitas culinárias, são catalogados com a cor azul.

Como parte desta estrutura, além de obras literárias, científicas, infantis, e outros títulos, são encaminhados, ainda, às comunidades, material de trabalho como carimbos com identificação da biblioteca, fichas de controle de empréstimo, marcadores de página e calendários, no intuito de facilitar o funcionamento da biblioteca, como por exemplo, a operacionalização de empréstimos dos seus

¹⁹ Neste artigo, tomamos o termo comunidade tal como aparece no texto do Programa Arca das Letras, em seus aspectos mais descritivos, lembrando a longa discussão teórica nas ciências sociais que remonta à oposição conceitual comunidade/sociedade. Ferdinand Tönnies sistematizou o debate no século XIX, com os termos *Gemeinschaft* e *Gesellschaft*, para referir figurações sociais contrastantes (arcaico/moderno; afetivo/racional; sagrado/secular) e que deságuam, como observa Albuquerque (1999) em noções de comunidade e sociedade, na vida contemporânea, como fontes de representações simbólicas.

exemplares. As redes de parcerias de instituições governamentais, não-governamentais, e sociedade civil, são fundamentais para confecção do móvel assim como para doações de acervo bibliográfico, apoio em ações de capacitação de pessoas em comunidades, de promoções de eventos, de atividades previstas pelo programa durante sua fase de implementação, e de formalização nas localidades rurais onde deve funcionar. (Brasil, 2013).



Figura 1 – Móvel do Arca das Letras. Localidade Santa Rita, Teresina-PI. Por Milane Batista, em set./16. **Figura 2** – Móvel do Arca das Letras. Localidade Campestre Norte, Teresina-PI. Por Milane Batista, em jun./16. **Figura 3** – Móvel do Arca das Letras. Localidade Angola I, Teresina-PI. Por Milane Batista, em set./16.

Para receberem as bibliotecas, comunidades devem-se inscrever junto à Coordenação Nacional do Programa, com informações para a formação dos acervos, identificação de moradore/as disposto/as a serem capacitado/a como agentes de leitura, e informação sobre local de funcionamento das bibliotecas. Estas são instaladas em casas de agentes de leitura ou em sedes de uso coletivo (associações comunitárias, pontos de cultura, igrejas, etc.), de acordo com a escolha da comunidade e disponibilidade do/as agentes. O corpo profissional é composto por voluntário/as que ficam responsáveis pelo empréstimo de livros, pela divulgação do programa, por estimular a adesão das pessoas e buscar a ampliação do acervo que, de acordo com diretrizes do Arca das Letras, pode e deve ser ampliado.

Dentre os estados com maior número de bibliotecas entregues pelo Arca das Letras encontram-se o Ceará (1.094), Santa Catarina (1.084), Minas Gerais (881) e Rio Grande do Norte (762) (Bra-

sil, 2014). O Estado do Piauí, ocupando a quinta colocação entre os que possuem a maior quantidade de bibliotecas implantadas conta, atualmente, com cerca de 632 comunidades contempladas com o programa. Deste total, cerca de 30 estão localizadas na zona rural do município de Teresina, segundo o Relatório Estadual de Bibliotecas Arca das Letras (Portal da cidadania, [2016]). Porém, há carência de estudos que acompanhem o andamento do processo, seja sobre os trabalhos realizados por agentes de leituras, seja sobre como o Programa incide na vida das comunidades. Perguntada em 24 de novembro de 2014, sobre o acompanhamento do programa, Dione Ferreira, coordenadora geral de Ação Cultural da Secretaria de Reordenamento Agrário/MDA, responde: “nossa equipe é pequena, não temos pernas para acompanhar cada biblioteca implantada. Mas temos o papel de envolver o município (...) para que desenvolvam suas bibliotecas rurais.” (Sousa, 2014).

Como observa Soares (2007), as diversas parcerias, envolvendo outros ministérios e instituições diversas, são de fundamental importância para a própria existência do Programa. No Piauí, as entregas de materiais são feitas em parceria com o Projeto Dom Hélder Câmara (PDHC) e com a Secretaria Estadual de Desenvolvimento Rural do Piauí (SDR). O acervo, por sua vez, é enviado pela CGAC/SRA/MDA (Brasil, 2013). A Secretaria de Justiça do Piauí e o MDA firmaram parceria que possibilitará a confecção de arcas, na oficina de marcenaria na colônia agrícola Major César Oliveira, por detentos naquela instituição (Rêgo, 2015).

3.1 O Arca das Letras em Teresina-PI: primeiros passos de uma pesquisa

Teresina, dentre as capitais brasileiras, é a que possui, em termos relativos, a maior zona rural, no país. No município, observa-se defasagem, no campo da gestão pública, entre campo e cidade, quando se consideram investimentos, sobretudo, em políticas culturais. A referida presença do Programa Arca das Letras em cerca de 30 localidades no rural teresinense, por si só, desafia a uma interpretação desta experiência cultural, da atuação deste programa no que diz

respeito aos interesses locais, identificando como ele se desenvolve no âmbito das comunidades; à incidência do Programa na vida local, enfim, de como as comunidades contempladas experienciam e significam este Programa.

Como referido, não visamos a uma avaliação do Programa, no sentido estrito de avaliação de políticas públicas, embora esta seja necessária, inclusive, no Piauí. Mas este estudo poderá contribuir em um processo de avaliação. Na pesquisa em curso, visitamos dezoito localidades rurais do Município de Teresina, onde exist(iu) o Arca das Letras. Para tanto, partimos de registros do MDA. As localidades abordadas, até o momento, são: Alegria, Angolá I, Angolá II, Boquinha, Campestre Norte, Centro dos Afonsinhos, Coroatá, Baixão do Carlos, Eldorado dos Carajás – Cacimba Velha, Formosa I, Jacu, Lagoinha, Lagoa dos Afonsinhos, Nova Laguna, Recanto Santo Antônio, Santa Rita, Soinho e Tapuia (figura 4), em aproximação à realidade empírica.

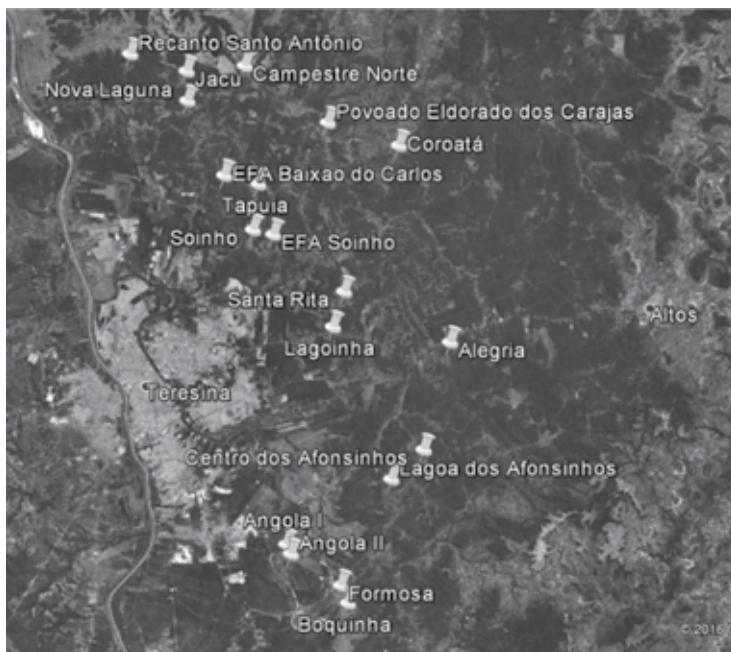


Fig. 4 – Imagem de satélite do mapa de Teresina, com localização das comunidades visitadas, com marcadores acrescentados por Milane Batista da Silva. Fonte: Google Earth.

Nesta primeira aproximação, encontramos situações diversas que apontam para uma pluralidade de condições operacionais do Arca das Letras no rural teresinense. Esta diversidade de situações vão do pleno funcionamento ao não funcionamento, passando por rearranjos diversos realizados por agentes.

Encontramos, por exemplo, situações de funcionamento que desdizem definições cristalizadas em documentos do programa, quanto à locação da arca. Nas localidades Baixão do Carlos e Soinho, a Arca está instalada na Escola Família Agrícola (EFA) (Figuras 5 e 6), quando o Programa diz que a Arca não deverá ser instalada em escolas. Nas Escolas Família- Agrícolas, os acervos do Programa têm sido incorporados com os das escolas (figuras 5 e 6). Assim ocorre na EFA Soinho onde, segundo a secretária desta EFA, a biblioteca encontra-se ativa, com aluno/as frequentando e usando as publicações. Também em Baixão do Carlos, o acervo do Arca das Letras foi incorporado ao da biblioteca da escola e, segundo um professor, vem contribuindo para as atividades curriculares²⁰, o que foi confirmado por uma funcionária da escola, que recebeu os livros do programa. Porém, nesse caso, o/as frequentadore/as da escola, segundo ela, não são da própria comunidade, mas de comunidades vizinhas, ou até mesmo de outras cidades.



Figura 5 – Acervo do EFA Soinho, Teresina-PI com livros do Programa Arca das Letras. Por Milane Batista, em abr./16



Figura 6 – Acervo da EFA Baixão do Carlos, Teresina-PI com livros do Programa Arca das Letras. Por Milane Batista, em jun./16

Conforme Soares (2007, p. 7): “as bibliotecas são instaladas em locais de fácil acesso escolhidos pelas comunidades, não podendo ser indicadas escolas, pois os moradores devem ter acesso

²⁰ Cabe, ainda, verificar a natureza dessas “atividades curriculares”, para avaliar como o acervo está sendo utilizado.

aos livros em horários distintos ao período escolar e as bibliotecas deverão atender a todo o público rural, não só aos estudantes” (Gri-fos nossos). No entanto, Marcelo Mascarenhas, Delegado Federal do MDA, no Piauí, considera que as EFAs são escolas com caráter comunitário, que adotam a pedagogia da alternância, portanto, são também elegíveis para sediar a Arca do Programa.

Também na localidade Tapuia, a arca encontra-se instalada na escola da localidade, que não se trata de uma EFA, e onde a agente trabalha atualmente. Segundo ela, os livros vêm sendo utilizados, mas ainda não os vimos. A biblioteca e a agente de leitura não foram localizado/as na primeira visita que fizemos. Em uma segunda visita, a encontramos em sua residência, no Assentamento Bom Sossego.

Além das escolas, há outros equipamentos onde se localizam as Arcas. Na localidade Campestre Norte, a biblioteca está situada em uma creche. Informaram que, a princípio, a sede da associação dos produtores do Campestre Norte funcionava no prédio da creche. Hoje, a Associação tem prédio próprio, porém, a arca foi transferida para a nova sede da creche, o Centro Municipal de Educação (CMEI) Infantil Santa Teresinha. Segundo a diretora, os livros da biblioteca são utilizados, porém, ela não sabe informar se especificamente os do programa, uma vez que existem “outros livros juntos”, indicando a fusão de acervos. Disse, ainda que a prioridade é dada a livros infantis, que contenham ilustrações, porque a faixa de idade de crianças, na creche, é de três a cinco anos, o que em termos escolares remete aos níveis maternal, primeiro, e segundo período. Como informa a diretora, trata-se de crianças que estão aprendendo a ler e para as quais livros paradidáticos ou de literatura ou quaisquer outros que tenham recebido e que não seja de literatura infantil, dificilmente “vão ter alguma serventia”. Nesta fala, a biblioteca é retratada como de uso exclusivo da creche.

Na comunidade Jacu/Divino Espírito Santo, os livros encontram-se numa sala empoeirada junto com outros livros, em um espaço com o nome Creche Divino Espírito Santo. Mas, segundo a agente de leitura, a creche foi fechada e a sede física foi repassada para a Associação de Moradores que, por sua vez, cedeu-a à Prefeitura

Municipal de Teresina. Ali, diz, desenvolvem trabalhos de fortalecimento de vínculo com idosos e adolescentes. A agente citou o fato de a comunidade ter acesso aos livros “quando solicitado a ela”, expressando o poder simbólico (Bourdieu, 1989) da agente naquele espaço.

Além dos referido equipamentos, as arcas encontram-se nas próprias casas de agentes, em situações diversas de manutenção e funcionamento. Em Nova Laguna, vimos a biblioteca fechada, em uma pequena sala, também, empoeirada na casa da agente de leitura. A informação que obtivemos é que a agente “foi embora não deixando outro agente em seu lugar”.

Em Coroatá, a casa da agente foi localizada, mas ela encontrava-se em Teresina. Também em Lagoinha, os/as agentes não foram encontrado/as, segundo informantes, por motivo de trabalho. Em ambos os lugares, os/as agentes trabalham durante o dia todo na cidade de Teresina o que deixa dúvida quanto ao horário de funcionamento do Programa. Depois de duas visitas sem encontrar a agente do Programa na localidade Coroatá, conseguimos contato telefônico com ela que diz ter recebido os livros através da PMT: “a prefeitura mandou um convite para um evento que seria o lançamento do programa arca das letras. A reunião foi feita em Coroatá mesmo, com a presença de várias comunidades.” Na época, por volta de 2006, diz, ela era presidente da Associação de Moradores. Segundo ela, “a prefeitura não deu assistência e o programa acabou”. Ela disse que o programa funcionava no estabelecimento comercial do seu irmão. E diz que a experiência “foi extraordinária”. “A gente [ela e sua sobrinha] se dividia em horários. Depois propomos para os adolescentes da região ficarem responsáveis. Eles tomavam de conta, mas hoje eles dificilmente querem ler livros por causa da *internet*. Os adolescentes cresceram e a maioria começou a estudar fora [da localidade]. “O móvel de madeira, segundo ela, encontra-se na sede da Associação de Moradores com vários livros que foram doados. Quanto aos livros originais do programa, diz “estes foram destruídos, por causa da chuva e os poucos que restaram, entreguei para a Associação de Moradores”. E reitera: “tem livros; o que falta é funcionar, mas não tem quem queira cuidar.”

A situação, em Formosa, mostra um aparente abandono do Programa uma vez que a agente está morando em Teresina, segundo seu irmão e vizinho. Porém, não conseguimos informações sobre se a agente levou com ela os livros e se está dando continuidade ao programa em outro local. A casa onde funcionava o Arca das Letras estava fechada.

Em Santa Rita, o Programa funciona(va) na própria casa da agente. Mas, apesar de expostos no primeiro cômodo da casa, de onde se pode vê-los, da rua, a agente de leitura afirmou que o programa está “um pouco desativado”, porque, segundo ela, era responsável por um projeto (“Educar Cristão”) mantido pela igreja Evangélica Batista e usava os livros do Arca das Letras, principalmente, didáticos e infantis, entretanto, teve que se afastar do projeto e “ninguém [professoras do projeto Educar Cristão] levou o programa adiante”. Disse, ainda, que na época da entrega da arca, quem recebeu e escolheu os livros foi seu marido, então, presidente da associação local de moradores e “que[ele] chegou a viajar por conta do programa para participar de vários congressos do Arca das Letras em Brasília, e no Rio de Janeiro, indo pela primeira vez nessas cidades [Sic!]”.

Em Centro dos Afonsinhos, a estante e os livros empoeirados encontram-se na casa da mãe de uma das agentes de leitura. Segundo uma das agentes, o Programa está desativado, “porque não tem mais jovens na região, além de não ter [a própria agente] mais interesse no programa”. Ainda segundo esta agente, eram três as pessoas responsáveis pelo Programa, as quais se revezavam conforme a disponibilidade, mas “com o tempo [todas elas] foram se afastando por conta do emprego e família e foram desistindo [do Programa].”

Em Boquinha, onde agentes das localidades de Angolá I, Jacu, e outras, afirmaram ter recebido treinamento²¹, o agente já não detém a guarda dos livros. Segundo ele, “passei dois anos com ela [arca] e mesmo fazendo divulgação, ninguém se interessou; por conta disso, entreguei a arca para uma professora que me procurou por conta do programa. Che-

21 Agentes das localidades Boquinha e Angolá I informaram que foram convidados pela diretora da Escola de Boquinha, para participarem de “um treinamento”, por volta de 2006. Lá, a agente de Angolá I, tomou conhecimento do que se tratava. A agente de Centro dos Afonsinhos diz não lembrar de quem partiu o convite; a agente de Jacu não informou e a de Tapuia disse ter tomado conhecimento através do seu irmão que trabalhava no MDA-SASC

guei, inclusive, a assinar uns papeis e três dias depois da visita, a professora levou a arca”. Diz, ainda, que o Programa Arca das Letras de Formosa, localidade próxima, “acabou primeiro do que na Boquinha”.

Em Angolá I e Angolá II, agentes expressam pensamentos antagônicos. Enquanto a de Angolá I mostra-se decepcionada com o Programa, a de Angolá II fala dele com entusiasmo nostálgico quando relata episódios em que, segundo ela, os livros contribuíram para a formação profissional de pessoas da região. Na primeira localidade, a agente diz que recebeu os livros há cerca de dez anos e que ela foi uma das pessoas que receberam treinamento na localidade Boquinha. Segundo ela, “no começo [a arca] foi muito bem vinda; os livros serviram para pesquisa, para as crianças na escola fazerem os seus trabalhos, para empréstimo, mas foi desativado porque nunca [o programa] veio renovar os livros, ou seja, são os mesmos do começo”. Então, para ela, o acervo “já não tem muita serventia”. Já em Angola II, a agente diz que o programa funcionou “mas o povo não vem mais procurar”. No início, diz, “teve serventia para fazer trabalho[escolar], pesquisa, para fazer um curso, mas também teve gente que pegou [livros] emprestados e nunca devolveu!”. Para exemplificar sua visão positiva do Programa, falou sobre “um rapaz da comunidade que pegava livros do programa porque não tinha dinheiro para comprar, e que hoje é professor”. Mas, atualmente, diz, “ninguém vem mais procurar. O cupim chegou a comer alguns livros e por conta disso coloquei os livros numa caixa”.

Na localidade Eldorado dos Carajás – Cacimba Velha, as duas agentes, segundo o presidente da Associação de Moradores, eram do Movimento Sem Terra (MST). Mas nem o programa está ativo, nem o assentamento Eldorado dos Carajás continua vinculado ao MST. As ex-agentes dizem que foram escolhidas pela coordenação do, então, acampamento, porque “eram as únicas que participavam de algum estudo”. As duas ex-agentes disseram que receberam treinamento junto com agentes de outras localidades: “juntou a regional de Teresina, a norte e regional sul do Estado. Reuniram todos e fizeram o treinamento.” Dizem que no “início foi bom, começou bem, mas [as pessoas] pararam de procurar. [Elas] perderam o interesse

porque [os responsáveis pelo programa] não renovaram os livros, aí ficou parado [...] a arca foi passada para o pessoal do assentamento”.

Na localidade Alegria, a pessoa cadastrada como responsável pelo programa disse que, quando recebeu os livros, morava em um “barraco” e que, por conta disso, os livros foram deteriorados por fenômenos naturais, como chuva e, quanto a estante, “o cupim comeu; aqui [o Programa] foi desativado”.

A visão de livros em ambientes empoeirados, de relatos de estragos/destruição de livros, de ausência de agentes e de falta de informações sobre agentes e arcas provoca questões relativas ao funcionamento do Programa, e sobre seu aparente (des)acompanhamento por parte dos responsáveis na esfera da gestão pública, temas a serem aprofundados na pesquisa.

Em alguns lugares, deparamos com situações de incorporação do móvel do Arca das Letras ao mobiliário da casa de agentes. Na localidade Soinho, além da Arca localizada na EFA, há outra, cujo agente de leitura é presidente da Associação de Moradores. Em sua casa, o móvel de madeira do programa serve, hoje, de *rack* para o aparelho de televisão. A informação é de que antes, funcionava na sede dos correios (Caixa Postal Comunitária) mas como alguns vidros do prédio foram quebrados, a arca foi levada para a casa do agente.

Em Lagoa dos Afonsinhos, o programa também foi desativado. A visita a essa localidade mostrou uma situação inusitada: a estante encontra-se no quarto de dormir da pessoa cadastrada como agente de leitura, servindo de cômoda sobre a qual dispõem-se imagens de entidades devocionais e objetos de uso pessoal. Segundo o relatório do Programa, Lagoa dos Afonsinho recebeu a arca em 2006. Nesses dez anos “sem qualquer acompanhamento”, como referido por vários/as agentes, algum/mas agentes sentem-se de posse do material como algo de uso particular.

Em Recanto Santo Antônio onde a agente cadastrada é presidente da Associação de Moradores da localidade, segundo ela, a arca tinha, inicialmente, uma quantidade de livros pequena, que depois foi ampliada em parceria com a Faculdade CESVALE, localizada em Teresina. Destacando a ação cooperativa, ela diz que a Associação possui diversas parcerias e que foi através da parceria com a

Secretaria de Ação Social e Cidadania (SASC) Estado do Piauí que tomou conhecimento do Programa. “Como a gente sabia que o MDA estava fornecendo dez arcas para o Piauí, a gente solicitou uma pra gente. A gente tomou conhecimento de que o MDA tava dando. A gente fez um treinamento no Verdão [Estádio de Futebol, em Teresina], onde eu e a [...] [outra agente] fizemos um treinamento de leitura para ser responsável. Isso aconteceu entre 2007 a 2008.” Sua fala destaca a ação cooperativa e o interesse pelo Arca das Letras.

A Associação sempre teve parceria com a SASC, com o Ministério Público, União das Mulheres Piauienses [UMP] nas nossas reunião, a gente tomou conhecimento de que o MDA estava com esse trabalho dessa Arca das letras, que é a biblioteca rural, daí a gente se interessou porque aqui nós temos crianças, temos estudantes, temos nós mesmos... tem pessoas que nunca ouviu falar nem no Tiradentes [Joaquim José da Silva Xavier] e hoje eles conhecem a história do Tiradentes, eles conhecem a história do descobrimento do Brasil, tudo por conta do material que veio. A gente se reunia pra estar fazendo uma leitura antes das reuniões, a gente fazia a leitura de algum texto, principalmente na data. Era a data de Tiradentes, a gente escolhia aquilo; era dezoito de novembro, a gente escolhia a bandeira. Com o tempo os livros foram levados emprestados... Outros levados [sem devolução]. Como a Associação não era fechada [...].

Para além das visitas às localidades rurais onde foi implantado o Arca das Letras, no município de Teresina, outro momento de aproximação empírica, deu-se com agentes da EQUIP, contratada pelo MDA para a referida avaliação do Programa, no Brasil. O objetivo do encontro realizado em Teresina, em 30 de abril de 2016 foi o de reunir agentes de leitura e/ou representantes das comunidades onde há a biblioteca para que pudessem falar das suas experiências no programa, das dificuldades para conduzi-lo, e dos benefícios alcançados. Mas apenas uma representante, de uma localidade rural do Município de Paulistana²², compareceu.

²² Município piauiense localizado na microrregião do alto médio Canindé, Mesorregião do sudeste piauiense.

Este fato leva-nos a questionar sobre os motivos: falta de eficácia na comunicação sobre o evento para que o/as agentes de leitura pudessem comparecer? Desinteresse e/ou falta de tempo para que os agentes pudessem participar? Abandono do programa? São questões que apontam para um quadro que precisa ser analisado mais profundamente. As respostas a estas indagações podem fornecer informações relevantes para um diagnóstico atual do programa no Estado. Estudos e pesquisas precisam ser feitos, em específico, com olhar sociológico, na busca de uma visão para além do discurso do próprio programa, buscando compreender os sentidos dessas experiências, sua incidência na vida das localidades, com seus acertos e erros.

4 CONSIDERAÇÕES (POR HORA) FINAIS

Com base na necessária relação entre ruralidades e políticas de cultura, em uma agenda de desenvolvimento, no Brasil, abordamos o tema de políticas de incentivo à leitura em localidades rurais como políticas de cultura. Com isto, apontamos para a importância de políticas culturais voltadas a povos rurais, associadas a outras políticas (relacionadas à agricultura, à questão fundiária, à problemática ambiental, etc.).

O Programa Arca das Letras foi aqui abordado como uma política cultural voltada para o estímulo à leitura de textos escritos, em localidades rurais. Evidenciamos, ainda, que a análise focaliza como locus empírico localidades rurais do Município de Teresina, Piauí, onde, inicialmente, foi possível verificar alguns elementos relacionados a como o Arca das Letras se insere na vida local. Assim, constatamos a necessidade de que a pesquisa volte-se para a compreensão da incidência do Programa na vida local, com o foco nos sentidos e significados das experiências atribuídos pelas diversas localidades com experiências com o Arca das Letras.

Ficou evidenciado, até este momento da pesquisa, o desafio de buscar compreender o fenômeno investigado, em cujo âmbito, identificamos um conjunto de situações que apontam para a necessidade de aprofundamento na investigação. Notamos que as biblio-

tecas, ainda ativas, funcionam predominantemente nas sedes de escolas e creches. Se, por um lado, esta localização dos acervos não atende a normas do Programa – como a de os acervos não ficarem em escolas –, por outro lado, aponta para soluções tomadas com base no que Pierre Bourdieu define como senso prático com adequações a necessidades e condições locais, muitas delas, não correspondentes às orientações do Programa.

Por outro lado, pudemos notar, também, ausência de acompanhamento, assistência, supervisão, da parte da gestão do Programa. É quase unânime a fala sobre esta ausência. Assim, ao que parece – e que também necessita ser aprofundado na pesquisa – agentes receberam capacitação inicial e foram “abandonado/as” pela gestão do Programa. Talvez tenhamos, aí, um significativo elemento para compreensão de muitas situações encontradas: ausência de agentes; abandono do Programa; encerramento do Programa, etc.

Vimos, ainda, que a pesquisa deve-se abrir às diferenças entre as experiências particulares. Para além de uma leitura voltada ao mero “sucesso” ou “fracasso” do Programa. Importa apreender sentidos da experiência em locais e grupos diferentes, o que pode contribuir, inclusive, para um processo de avaliação desta política pública.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, L. M. Comunidade e sociedade: conceito e utopia. *Raízes*, Ano XVIII, nº 20, pp. 50–53, 1999.
- ANJOS, F. S.; CALDAS, N. V. Da medida do rural ao rural sob medida: representações sociais em perspectiva. *Hist. cienc. saúde-Manguinhos*, vol.21, nº 2, pp. 385-402, 2014.
- BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
- BRASIL. Ministério do desenvolvimento agrário. Painel de indicadores gerenciais da secretaria de reordenamento agrário. *Boletim*, ano 9, 2014. Edição Balanço. p. 3. In. Acesso em: 27 de jul. 2015.

- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Reordenamento Agrário. *Arca das Letras*. In: <http://www.mda.gov.br/arcadasletras/>
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Reordenamento Agrário. *Programa de Bibliotecas Rurais Arca das Letras: manual*. Brasília: MDA/Secretaria de Reordenamento Agrário, 2013. 52 p. In: http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/ceazinepdf/Programa_Arca_das_Letras_2014.pdf. Acesso em: 24 de ago. 2015.
- CANCLINI, N. G. *Diferentes, desiguais e desconectados*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.
- CARNEIRO, M. J. “Rural” como categoria de pensamento. *Ruris*. Campinas – SP, vol. 2, nº 1, pp. 9-38, 2008.
- DELGADO, G. *et al.* Concepções de ruralidade e políticas públicas na América Latina e na Europa: análise comparativa de países selecionados. In: Carlos Miranda; Heitel Silva (org. da Serie). *Concepções de ruralidades contemporâneas: as singularidades brasileiras*. Brasília: IICA, 2013 (Serie Desenvolvimento Sustentável, v. 21), pp.149-210.
- FERREIRA, P. R. *Os afectos mal-ditos: o indizível nas sociedades camponesas*. São Paulo: HUCITCH/ANPOCS, 2008.
- GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 2008.
- JOLIVET, M. A. “vocação atual” da sociologia rural. *Estudos Sociedade e Agricultura*, 11, pp. 5-25, 1998.
- MACHADO, E. C. Análise de políticas públicas para bibliotecas no Brasil. *InCID:R. Ci. Inf. e Doc.*, vol. 1, nº 1, pp. 94-111, 2010.
- MARTINS, C.W.S. *Plantando bibliotecas para colher desenvolvimento: análise do Programa de Bibliotecas Rurais “Arca das Letras”, no município de Codó-MA*. Curitiba: CRV, 2014.
- MARTINS, J. S. *Introdução crítica à sociologia rural*. São Paulo: HUCITEC, 1981.
- MIGUEZ, P. Cultura e desenvolvimento. *Políticas culturais em revista*, vol. 2, nº 1, 2009.
- MILANESI, L. Biblioteca pública: do século XIX para o século XX. *Revista USP*. nº 97, pp. 59-70, 2013.
- MIRANDA, C.; SILVA, H. (org. da Serie). *Concepções de ruralidades*

- contemporâneas: as singularidades brasileiras*. Brasília: IICA, 2013 (Serie Desenvolvimento Sustentável, v. 21)
- MORAES, M. D. C. Cultura, ruralidades, e desenvolvimento: reflexões a partir de políticas públicas no Nordeste brasileiro. *Anais... VIIJOINPP*, São Luís-MA, de 25 a 28 de ago./2015a
- MORAES, M. D. C. Mulheres que trabalham cantando (Pesquisando sobre cantos de trabalho das Quebradeiras de Coco Babaçu). *I Simpósio Internacional Estado, Sociedade e Políticas Públicas-I SINESP*. Teresina, Universidade Federal do Piauí, 5 a 8 de abril de 2016.
- MORAES, M. D. C. Ruralidades, desenvolvimento e políticas de cultura no Brasil: desafio à paridade entre regiões rurais e urbanas *Revista Espacio Regional*, Chile, vol. 1, pp. 73-84, 2015b
- MORAES, M. D. C. Para além de um corpo funcional: cantos de trabalho no Brasil rural. *ISemana da Musica Vocal*. Montes Claros-MG, 7a 12 de set./2015c
- MORAES, M. D. C. Ruralidades, cultura, e desenvolvimento, no Brasil: provocações para um debate necessário. *Seminário “organização e impactos da cultura no desenvolvimento regional”*, Recife-PE, 2014, 14 p.
- MORAES, M. D. C.; VILELA, S. L. O. Trilhas de um combate contemporâneo: ruralidades, campesinato, novo nominalismo. *Revista FSA*, Teresina, vol. 10, nº 1, pp. 59-85, 2013.
- MOSCOVICI, S. *Representações Sociais: investigações em psicologia social*. 2. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2004.
- PORTAL da cidadania. *Relatório estadual de bibliotecas Arca das Letras entregues no Piauí (PI)*. [2016]. In: http://portal.mda.gov.br/dotlrn/clubs/arcadasletras/one-community?page_num=0. Acesso em: 01 de maio de 2016.
- RÊGO, I. Arca das letras vai beneficiar penitenciárias no Piauí. *Portal do Governo do Estado do Piauí*, Teresina, 23 ago. 2015. In: <http://www.piaui.pi.gov.br/noticias/index/id/21374>. Acesso em: 29 out. 2015.
- REIS, A. C. F. *Economia da cultura e desenvolvimento sustentável: o caleidoscópio da cultura*. São Paulo: Manole, 2006.
- RIELLA, A. Desafios teóricos y empíricos de la sociologia rural contemporânea; uma mirada desde Uruguay. In: Diego E. Piñero (Comp.). *30 años de sociologia rural em America Latina*. Montevideo: CLACSO, 2000, pp. 149-180.

- SIQUEIRA, D.; OSÓRIO, R. O conceito de rural. *In: Norma Giarracca (Comp.) ¿Una nueva ruralidad en América Latina?*, Buenos Aires: CLACSO, 2001, pp. 67-79.
- SOARES, C. C. Arca das Letras: bibliotecas públicas rurais no Brasil. *Congreso Internacional La Biblioteca Pública: un continente entre los continentes*. Biblioteca EPM. Comfenalco Antioquia Medellín, Colombia, 20 a 23 de novembro de 2007.
- SOUSA, S. Entrevista. Arca das letras: o acesso ao livro no meio rural. *Rede mobilizadores*. Nov./2014. *In: <http://www.mobilizadores.org.br/entrevistas/arca-das-letras-acesso-ao-livro-meio-rural/>*. Acesso em: 03 de maio de 2016.
- VEIGA, J. E. *Cidades imaginárias*. O Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas: Editora Autores Associados, 2002.
- WANDERLEY, M. N. B. O mundo rural brasileiro: acesso a bens e serviços e integração campo - cidade. *Estud. Soc. Agric*, Rio de Janeiro, vol. 17, nº. 1, pp. 60 - 85, 2009.
- WANDERLEY, M. N. B. *Um saber necessário*. Os estudos rurais no Brasil. Campinas-SP: Ed. Unicamp, 2011.
- WANDERLEY, M. N. B.; FAVARETTO, A. A singularidade do rural brasileiro: implicações para as tipologias territoriais e a elaboração de políticas públicas. *In: Carlos Miranda; Heitel Silva (org. da Serie). Conceções de ruralidades contemporâneas: as singularidades brasileiras*. Brasília: IICA, 2013 (Serie Desenvolvimento Sustentável, v. 21), pp. 413-472.
- WEIERS, D. P. Políticas Públicas de Fomento à Leitura: política nacional, agenda governamental e práticas locais. 2011. *Dissertação (Mestrado)*. Escola de Administração de Empresas de São Paulo, São Paulo, 2011.
- WILLIAMS, R. *A cultura é de todos*. São Paulo: Departamento de Letras. USP. 1958. 12 p.
- WILLIAMS, R. *O campo e a cidade*. Na história e na literatura. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

Recebido:12/07/2016.

Aprovação final:10/12/2016.